

TRAJETOS DE REFORMA E TRAJETÓRIAS DE REFORMADORES NO DISTRITO FEDERAL E EM SÃO PAULO

EDUCATION REFORMATION BACKGROUND AND REFORMERS IN DISTRITO FEDERAL
AND IN SAO PAULO

CAMINOS DE REFORMA Y CAMINOS DE LOS REFORMADORES EN DISTRITO FEDERAL Y EN SAO
PAULO

André Luiz Paulilo

Doutor em Educação, Coordenador do Centro de Memória da Educação da FE/UNICAMP

RESUMO

Este artigo discute alguns resultados da pesquisa intitulada *A escola nova em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Observa-se aqui as administrações Fernando de Azevedo e Lourenço Filho em São Paulo e no Distrito Federal entre 1927 e 1933 e suas práticas de renovação escolar. Primeiramente, apresenta-se o problema da pesquisa. Depois, analisam-se as dificuldades metodológicas da pesquisa sobre o tema da escola nova. E, finalmente, a pesquisa estuda as diferenças entre Fernando de Azevedo e Lourenço Filho no comando da administração central da educação em São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Escola Nova, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Educação Pública, História

ABSTRACT

This paper discusses some results of the research entitled *The New School in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro in Brazil*. It points out the Fernando de Azevedo and Lourenço Filho administrations in São Paulo and Distrito Federal between 1927 and 1933 and their practices in school reformation. Firstly, the paper shows the research problem. After, it analyses the research methodological difficulty about the “new school” in Brazil. Finally, the research studies the differences between Fernando de Azevedo and Lourenço Filho educational policies in São Paulo and Rio de Janeiro.

Key-words: New School, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Public Education, History.

RESUMEN

Este artículo discute algunos resultados de la investigación titulada *La escuela nueva en São Paulo y en la ciudad de Rio de Janeiro*. Se observa aquí las administraciones de Fernando de Azevedo y Lourenço Filho en São Paulo y en Distrito Federal entre 1927 y 1933 y sus prácticas de renovación escolar. En primero lugar, se presenta el problema de la investigación. A continuación, analizamos las dificultades metodológicas de la investigación sobre el tema de la escuela nueva. Por fin, la investigación estudia las diferencias entre Fernando de Azevedo y Lourenço Filho al frente de la administración central de la educación en São Paulo y en la ciudad de Rio de Janeiro.

Palabras clave: Escuela Nueva, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Educación Pública, Historia.

Nesta pesquisa detive-me sobre episódios muito circunscritos das reformas da educação pública em São Paulo e no Distrito Federal. Analisei as manobras que Fernando de Azevedo e Lourenço Filho realizaram a partir da Diretoria Geral de Instrução Pública tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Não é de maneira nenhuma por acreditar que os seus trabalhos sejam uma sequência excepcional na condução da Diretoria Geral de Instrução paulista e carioca que lhes concedi tanto tempo e espaço. Antes, porque, na historiografia do movimento de renovação educacional do período, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho permanecem figuras maiores da longa memória que nos foi transmitida por intermédio da reiteração de estudos sobre a Escola Nova. Ao lado de Anísio Teixeira, são os protagonistas de um conjunto tão importante quanto numeroso de teses e pesquisas em história da educação. Da Velha República ao Estado Novo, do norte ao sul do país, não faltaram reformas do ensino organizadas sob os mesmos princípios. Apesar dos esforços de um Carneiro Leão, de um Lisimaco Costa ou de um Mario Casassanta, por exemplo, e de suas realizações não serem negligenciáveis, representam experiências periféricas ao núcleo que serve de ancoradouro quando se evocam as práticas, as ideias ou as manifestações da Escola Nova no Brasil.

Portanto, não divergi desse padrão ao focar a trajetória de Fernando de Azevedo e de Lourenço Filho na administração pública em São Paulo e no Distrito Federal. Sob o título de “A escola nova em São Paulo e no Rio de Janeiro: propagação e circulação de modelos pedagógicos no início do século XX”, busquei compreender a discussão em torno dos princípios da Escola Nova a partir dos lugares que Fernando de Azevedo e Lourenço Filho ocuparam no campo educacional entre 1927 e 1937. Assim, tratou-se de uma pesquisa que também conferiu protagonismo aos diretores da instrução pública paulista entre 1930 e 1931 e em 1933, ao diretor da Instrução pública carioca entre 1927 e 1930 e ao diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal entre 1932 e 1937. Mas aqui gostaria apenas de tratar do que penso ser as possíveis contribuições desses últimos dois anos de pesquisa. Ainda que de alguma forma tenham ficado evidentes as diferentes práticas de organização e gestão conduzidas por Azevedo na Diretoria de Instrução do Distrito Federal e de São Paulo e de Lourenço Filho como diretor da Instrução paulista e enquanto diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, a pesquisa explorou veios de trabalho já abertos pela historiografia. Não somente organizando-se em função de um

recorte habitual às análises sobre a escola nova, mas profundamente inspirada nos resultados que, entre outros, Carvalho (2002), Nunes (1998) e Vidal (1998; s/data) já obtiveram nessa área de estudos, a pesquisa explorou uma fórmula já conhecida de diferenciação do fazer administrativo no Distrito Federal. Conforme advertiu Diana Vidal (1998, p. 76) ao averiguar o discurso de continuidade que se estabeleceu entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, em muitos sentidos, na gestão do aparato educativo o empenho em fazer visível uma comunhão de ideias assumia caráter de diferença. Avancei nesse sentido, experimentando comparar as iniciativas levada a efeito em São Paulo e no Distrito Federal por Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

Ocorre que nesta análise tentei chamar a atenção para os dispositivos de propagação e circulação do modelo pedagógico e de organização escolar proposto sob o título de escola nova. Em primeiro lugar, a Diretoria Geral de Instrução Pública, como instância do fazer administrativo, permitiu reunir um repertório de indícios capaz de demonstrar com alguma segurança as diferenças de protocolo entre um lugar e outro. Neste caso, em vez de enfatizar a compreensão que Fernando de Azevedo e Lourenço Filho tinham da função da escola pública, a análise focou-se nas circunstâncias institucionais do exercício do poder no Rio e em São Paulo. Para além das possíveis diferenças de concepção do empreendimento reformista entre Azevedo e Lourenço Filho, sublinham-se os diferentes modos deles agirem quando estão em São Paulo e no Distrito Federal. A preeminência do lugar em relação ao sujeito nesse modo de abordar o tema deixa ver uma perspectiva complementar ao protagonismo exercido por Fernando de Azevedo e Lourenço Filho na instituição. Sendo este o tom geral da pesquisa, seguiu-se a análise dos periódicos que as diretorias de instrução de São Paulo e do Rio de Janeiro controlaram nas administrações de Azevedo e Lourenço Filho. Principalmente, o estudo dos 4 volumes do *Boletim de Educação Pública* publicado no Distrito Federal durante o ano de 1930 e dos 9 números da *Revista Escola Nova* editada por Lourenço Filho na Diretoria de Instrução de São Paulo em 1931 identifica outra zona de contato repleta de matizes e vieses, apesar das semelhanças morfológicas. As pesquisas de Vidal (1992), Carvalho e Toledo (2000) e Hanna Mate (2002) têm razão em tratar esses periódicos como documentos relevantes das reformas do ensino da capital federal e de São Paulo e, sobretudo, parte de suas estratégias de propaganda e de alianças. Mas as diferenças de

compreensão e doutrina em relação aos empreendimentos de reforma aos quais esses periódicos respondiam também deixam pistas dos esforços de composição dos quadros de autoridades e algo dos posicionamentos que promoveram.

Finalmente, um último dispositivo de propagação e circulação dos princípios da Escola Nova alcançado pela pesquisa, que foi o Manifesto de 1932. Mais que as posições e trajetórias dos signatários e o sistema de ideais que os animavam, interessou mapear as instituições às quais pertenceram. O modo como o Manifesto foi visto nesta pesquisa indica que articulou não apenas 26 intelectuais em torno de uma idéia de Escola Nova, mas a rede de instituições pelas quais circulavam. Os órgãos de imprensa, como *O Estado de S. Paulo* ou o *Diário de Notícias*, a academia, com a adesão de professores importantes da Faculdade de Medicina e Direito de São Paulo e de instituições científicas, as associações como a ABE e a ABC e escolas de reputação entre os educadores, como a Escola Normal do Distrito Federal e a Escola Regional de Merity constituíam um circuito de difusão legitimador da autoridade dos signatários. Não foi somente isso, além de ancorar-se em instituições reputadas, o Manifesto esteve associado a iniciativas novas. A simbólica criação do Instituto de Educação do Distrito Federal no mesmo dia de lançamento do Manifesto talvez seja a mais evidente. Entretanto, também se pode pensar a criação do Instituto de Educação de São Paulo em 1933 por Fernando de Azevedo e da UDF, em 1935, como desdobramentos da mesma ordem. Este circuito se completa na consolidação de um campo profissional para a educação. Conforme mostram as análises de Clarice Nunes (1994), Marta Carvalho (1998) e Ana WalleskaMendonça (1997), na mesma medida em que se trabalhou para configurar a educação como área de atuação especializada no Brasil ocupavam-se ou criavam-se os lugares que o Manifesto reivindicava consolidar. Dos Departamentos de Educação e cargos universitários ao sindicato, a atuação de parte dos signatários do Manifesto de 1932 beneficiou-se da rede de apoios pessoais e institucionais então configurados. Assim, se por um lado as propostas de renovação educacional do Manifesto valeram-se das formas político-organizacionais do prestígio e da distinção social, por outro lado, as alianças que produziram a sua eficácia política e os tipos de mobilização que suscitou também alicerçaram carreiras exitosas na educação.

A análise foi fundamentada na história cultural ou, pelo menos como ela tem sido praticada no Brasil, e se orientou pela produção publicada por Roger Chartier, Peter Burke, Michel de Certeau e Michel Foucault. Principalmente esse conjunto de estudos permitiu lidar com os conceitos de representação, apropriação, estratégia e circulação. Outras categorias de análise foram buscadas em Dominique Julia (2001), Marcel Dettiene (2004), Sirinelli (2003) e Bourdieu (2000) para construir a perspectiva de abordagem. Nesse sentido, a concepção de cultura escolar, a reflexão sobre o alcance e eficácia das redes de sociabilidades, a aposta na construção de comparáveis ou o esforço para ver a competência social e técnica como exigências da participação política derivam da leitura desse outro conjunto de autores. Ainda pouco presentes no registro dos resultados que obtive ultimamente na pesquisa em fundos já bastante frequentados como os de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, são daquelas referências cuja importância se faz perceber na maneira de construir o texto, na forma de argumentar. Reconheço isso sem, contudo, diminuir a relevância da discussão e do debate que o tema e o período já reúnem na historiografia.

No estudo da escola nova a discussão acerca da memória deixada pelos signatários do Manifesto de 32 provocou um investimento significativo de pesquisa e revisão. Reflexões como as de Marta Carvalho (2003), Clarice Nunes (2004) e Dermeval Saviani (2004) sistematizam o que de principal esse debate produziu em termos de crítica e pesquisa histórica. Cumpre apenas sublinhar que hoje o estado da arte dos estudos acerca da escola nova também faz parte da história desse período da educação brasileira. Tanto pelo que esse momento representa como legado na memória constituinte da identidade de um campo profissional quanto porque sua compreensão ainda desafia o entendimento das nossas escolhas atuais em relação à educação, as interpretações acerca da escola nova e daquilo que fizeram seus protagonistas pertencem igualmente à sua história.

O debate em torno deste período e da atuação de seus principais atores pôs em questão, a um só tempo, os referenciais críticos e a postura valorizados na prática da pesquisa em história da educação. Empreendimentos como *Anísio Teixeira: a poesia da ação* de Clarice Nunes e *Molde Nacional e Fôrma Cívica* de Marta Carvalho, e os artigos de fundamentação que lhes seguiram, apanharam esse velho tema da historiografia do país

em nova perspectiva. As estratégias organizacionais do grupo de educadores interessados em ampliar seu campo de atuação na sociedade assume relevância junto com suas práticas de apropriação e imposição de modelos culturais. Seguiram-se na mesma perspectiva os esforços para compreender então os modos de controlar a formação docente (ACCÁCIO, 1993; VIDAL, 2001; LOPES, 2006), de difundir os princípios escolanovistas (TOLEDO, 2001) ou de impor outros regimes de práticas de ensino e formação (SILVA, 2004; VALDEMARIM, 2010). Nos últimos dois anos, compartilhei dessa postura na condução da pesquisa acerca da atuação de Fernando de Azevedo e de Lourenço Filho em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Foram principalmente úteis as recomendações de Nunes e Carvalho (1993) a respeito da crítica documental e seu significado para o estudo histórico dos modelos culturais e pedagógicos. Auxiliaram ver na escola nova não exatamente uma doutrina ou sistema de ideias, mas um modelo pedagógico que se construiu através de apropriações e recriações, que se quis por em circulação e impor representações do papel da escola e de seus agentes e que, sobretudo, sofreu resistências muito cotidianas. Também a ênfase nos modos de diferenciar os fazeres administrativos do discurso de continuidade mantido entre os reformadores do período aprumou a proposta de análise e comparação. A partir das distinções que Vidal (2001) e Lopes (2006) percebem entre Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, compreender as singularidades das reformas que empreenderam então tornou-se um trabalho menos arriscado. Suas análises do Instituto de Educação mostram com precisão as diferenças de concepção e entendimento acerca das instituições educativas que os três reformadores contribuíram para definir a organização.

Depois, comparar as reformas que Fernando de Azevedo e Lourenço Filho empreenderam em São Paulo e no Rio de Janeiro foi um recurso útil para pensar as manobras realizadas no sentido de implementar o “cânone” produzido pelos auto-intitulados *pioneiros da educação nova*. Baseado em exemplos elaborados por Diana Vidal (2005) ao comparar as práticas de leitura e escrita no Brasil e na França de fins do século XIX e pelo conjunto de trabalhos organizados por Rosa Fátima de Souza, José Carlos Souza Araújo e Rubia-Mar Nunes Pinto (2012) ao investigar a organização da escola graduada em treze estados brasileiros, explorei as singularidades entre os ambientes

políticos de São Paulo e do Distrito Federal à época do Manifesto de 32 para construir “comparáveis” entre eles. Conforme propõe o modelo interpretativo de Serge Gruzinski (2001), em vez de paralelos, a análise procurou as conexões, os pontos de passagem e comunicação por onde se deu a circulação das concepções escolanovistas de educação, o trânsito de educadores e a difusão e apropriação de um determinado modelo de ensino. Como resultado, interessou mais que produzir domínios ou categorias de comparação, compreender as relações de poder instauradas na difusão e apropriação da escola nova em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o estudo das trajetórias de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho na administração do ensino público apenas permitiu uma discussão muito localizada nas mediações que viabilizaram. As iniciativas de reforma da administração central do ensino, o *Boletim de Educação Pública*, a *Revista Escola Nova* e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* são, portanto, apenas estudos de caso. Outros conjuntos de dispositivos também serviram para entretecer intelectuais da capital federal e de São Paulo numa mesma tentativa de recriação da política educativa. Principalmente porque as diferenças de concepção, de atuação e de estratégias não foram poucas entre eles, a atenção aos modos como seus programas de reformas circularam no país abriu a possibilidade de propor a investigação da relação entre o caráter polissêmico da noção de escola nova e o aspecto polimorfo do meio intelectual no qual Fernando de Azevedo e Lourenço Filho se moveram durante os anos 1920 e 1930 como uma questão de pesquisa.

Ao longo do estudo, a pesquisa realizada foi desvelando algumas nuances dessas conexões entre as reformas do ensino em São Paulo e no Distrito Federal. Constantemente evocados nas discussões acerca da reforma educativa em São Paulo e no Distrito Federal, os aspectos políticos da administração, o reordenamento da legislação escolar, a formação de professores e a escola normal, o papel da escola no processo de urbanização das cidades e as inovações do método e dos meios do ensino constituíram os veios comuns de trabalho de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Na versão de Hanna Mate (2011, p. 273), há um mesmo sentido político e histórico dessas Reformas: “as verdades que produzem as práticas que desqualificam o âmbito moral que alcançam o conceito de modernização que constroem o significado e o efeito da estrutura administrativa que criam o discurso que utilizam os dispositivos de regulação social que instituem e a idéia de que a reforma traz em si o sentido do progresso.”

As formas variadas e sutis de configuração das estratégias de mando indicam, porém, diferenças de atuação. Nesse sentido, o modo de compor os apoios por meio das nomeações, da propaganda e do círculo de sociabilidade foi um aspecto de distinção relevante para a pesquisa. Não só as manobras de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho diferem uma da outra, sobretudo as circunstâncias em que atuaram na administração central do ensino foram específicas em São Paulo e no Distrito Federal, antes ou depois da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Conforme os resultados desta pesquisa sugerem:

1. Subordinada à Secretaria do Interior, a Diretoria Geral de Instrução em São Paulo era parte de uma estrutura que parecia funcionar melhor quando baseada não só no apoio partidário, mas, sobretudo, na rede de sociabilidade que ela mobilizava, como se viu nas reformas de 1891-1892. Não foi esse o caso das “coalizões” de governo que se seguiram aos levantes de 1930 e 1932. No Distrito Federal, a administração central do ensino era diretamente vinculada ao gabinete do poder executivo, podendo articular com mais liberdade sua composição de trabalho. Fernando de Azevedo e Lourenço Filho beneficiaram-se dessa situação no Distrito Federal. Em seus arquivos pessoais, o volume e natureza da documentação do período em que atuaram na cidade do Rio de Janeiro não mostram apenas um período maior de exercício na capital federal, mas também mais capacidade de compor suas condições de autoridade e mando. O apoio de Antônio Prado Jr. a Fernando de Azevedo e de Pedro Ernesto a Anísio e sua extensa rede de colaboração não foi do mesmo tipo que Azevedo e Lourenço Filho usufruíram em São Paulo.

2. Um segundo ciclo do trabalho de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho pode ainda servir à comparação das versões de política educativa que então faziam circular no Rio e em São Paulo. Nomeado secretário da educação de São Paulo, em 1933, Fernando de Azevedo não parece ter dado solução de continuidade aos arranjos produzidos por Lourenço Filho em 1931. Do mesmo modo, na Direção do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, Lourenço Filho orientou uma política de formação docente, na prática, um tanto diferente daquele sustentado pela reforma de 1928. Conforme mostraram Vidal (2001) e Lopes (2006), no Instituto de Educação, Lourenço Filho atuou no sentido de ampliar a atividade experimental da Escola de Educação e realçar o caráter profissional da formação para o magistério.

3. Ocorre que tão pouco os trabalhos que Fernando de Azevedo conduziu no Distrito Federal e em São Paulo parecem guardar apenas semelhanças. Os seis meses que dirigiu a educação paulista não suscitaram embates do mesmo tipo que do quadriênio quando conduziu a Diretoria de Instrução. O *Código de Educação* de 1933 foi elaborado na interventoria de Waldomiro Castilho de Lima, entrando na conta da conciliação entre os paulistas e o governo federal, ao menos na interpretação que lhe conferem Hanna Mate (2002) e Cardoso (1982). A própria tipologia das fontes é outra quando se comparam os dois períodos. A situação em São Paulo parece ter dispensado Azevedo do zelo de documentação da época da campanha da reforma carioca. As discussões se deram em círculos mais restritos e não há uma coleção de notícias acerca da sua atuação como no período do Distrito Federal. Até onde chega aquilo que a historiografia reuniu de material do período da reforma paulista, vê-se que Azevedo atuou em outras circunstâncias em relação ao tempo da capital federal. Ainda que não tenha cedido quanto aos princípios da reforma ou do manifesto dos pioneiros, pareceu ter construído uma atuação de gabinete, principalmente voltada à produção do *Código de Educação*.

4. Do mesmo modo, Lourenço Filho não atuou sob as mesmas condições na Diretoria Geral de Instrução de São Paulo e no Instituto de Educação do Distrito Federal. Até onde se sabe, em São Paulo, atrelou as iniciativas de reforma do ensino ao programa escolanovista de renovação da escola por meio de uma rede de difusão e controle definida pela reforma dos programas escolares, pela reorganização do periódico oficial da Diretoria de Ensino, renomeado de *Revista Escola Nova*, pela recriação das delegacias de ensino nos moldes organizados por Sampaio Dória na reforma de 1920 e pela legislação. Nos 14 meses que dirigiu a educação paulista, alinhavou os dispositivos regulares de atuação sobre o magistério de acordo com um propósito de modernização das finalidades e métodos da escola. No Distrito Federal, a visibilidade que Lourenço Filho conferiu ao ideário da escola nova no programa do Instituto de Educação não repercutiu no projeto de formação estruturado por Anísio Teixeira quando concebeu a Universidade do Distrito Federal (cf. VIDAL, 2001; LOPES, 2006). A visão integrada da formação docente com o desenvolvimento da pesquisa científica sustentada por Anísio contrastava com a percepção que Lourenço Filho tinha do controle da eficiência da formação das professorandas.

5. Tanto na rede de autoria quanto na organização temática e nos editoriais do órgão oficial da Diretoria de Ensino de São Paulo, procurou-se fazer a *escola nova* existir. Por meio do *Boletim de Educação Pública*, a Diretoria de Instrução do Distrito Federal quis mostrar que ela já existia. Em São Paulo, tentou-se apreender a idéia de uma *escola nova* para semeá-la, propagá-la e, enfim, implementá-la. No Distrito Federal, multiplicou-se os sinais de sua existência, provocou-se seu funcionamento, sua configuração e, porque não, sua fulguração. Haverá meios técnicos igualmente evocados, a mesma necessidade de fazer avançar o combate ideológico contra as idéias tradicionais e uma só ansiedade de poder influenciar o magistério público nesse sentido. Entretanto, a artilharia terá alvos diferentes. De um lado, a cantilena da decadência, da ausência de especialistas, da esterilidade das práticas escolares “rotinizadas”, da máquina pública de instrução burocrática e atrasada. Por outro, o mito da ação pletora, da abundância de meios e iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão contemporânea acerca da escola nova, o sentido político e histórico das Reformas tende a dominar a cena, conferindo-lhes uma mesma direção. Mais que as diferenças entre os seus protagonistas ainda importa compreender as verdades que compartilharam. Obras recentes de Carlos Monarcha (2009) e Vera Valdemarim (2010) mostram-no tão bem quanto a percepção de Hanna Mate citada mais acima. Sem deixar de reconhecer isso, o trabalho sobre as nuances e matizes dos empreendimentos de reforma do ensino público conduzidos por Fernando de Azevedo e Lourenço Filho pareceu-me contribuir como recurso de análise. Pensar comparativamente os arranjos que conseguiram produzir para alterar os funcionamentos então vigentes foi um modo de se perguntar sobre as diferenças inconfessadas, silenciosas e a sua pertinência como objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCÁCIO, Liéte de Oliveira. **Instituto de Educação do Rio de Janeiro: a História da formação do professor primário (1927-1937)**. Dissertação (Mestrado), UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In.: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.373-408.

_____; NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPEd**, n.º 5, p. 7-64, set. 1993.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

_____; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Reforma escolar, pedagogia da escola nova e usos do impresso. **Contemporaneidade e Educação**, ano V, n.º 7, p. 71-92, 2000.

_____; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In.: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. (org.) **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 89-110.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida-SP: Ideias e letras, 2004.

GRUZINSKI, Sege. Les mondes mêlés de La monarchie catholique et autres connected histories. **Annales. Histoire, sciences sociales**, ano 56, n° 01, p. 85-117, jan./fev., 2001.

HANNA MATE, Cecília. Lourenço Filho e a reforma de 1931 (SP): o governo de professores... e alunos. In.: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos (org.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia; EDUFU, 2011, p. 269-290.

_____. **Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.º 01, p. 19-24, jan./jun, 2001.

LOPES, Sonia de Castro. **Oficina de mestres**. História, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939). Rio de Janeiro: DPet.A; FAPERJ, 2006.

MENDONÇA, Ana Walleska Pollo Campos. O educador: de intelectual a burocrata. **Educação e Sociedade**, ano XVIII, n.º 58, p. 156-172, jul. 1997.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 24, n° 1, p 105-125, jan./jun. 1998.

_____. A escola reinventa a cidade. In.: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 1920-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 180-201.

_____. Às margens do Manifesto dos pioneiros da educação nova. In.: XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 39-66.

SAVIANI, Dermeval. Setenta anos do Manifesto e 20 anos de *Escola e Democracia*: balanço de uma polêmica. In.: XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 183-204.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In.: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2003. p. 231-270.

SILVA, José Cláudio Sooma. **A reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais - Rio de Janeiro, 1927-1930**. Dissertação (Mestrado), FEUSP, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de; ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar Nunes (org.) **Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. Tese (Doutorado em educação) – EHPS/PUC, São Paulo, 2001.

VALDEMARIM, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus métodos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita**. São Paulo, s/data, mimeo.

_____. **Culturas escolares:** estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação)

_____. **O exercício disciplinado do olhar:** livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: EDUSF, 2001. (Coleção Historiografia).

_____. Desembaraçando algumas falas: aspectos das reformas Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira no Distrito Federal (1927-1935). **Cadernos de História e filosofia da educação**. v. II, n.º 04, p. 75-98, 1998.

_____. **Fragmentos para uma História da educação no Distrito Federal (1930-1935):** análise do *Boletim de Educação Pública*. São Paulo: FEUSP, 1992, mimeo.